



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 24 de maio de 2024

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,73% São Paulo	127.750	R\$ 5,154 (-0,05%)	R\$ 1.412	R\$ 5,571	10,40%	10,39%	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38
1,53% Nova York	20/5 21/5 22/5 23/5	Últimos 17/maio 5,102 20/maio 5,104 21/maio 5,116 22/maio 5,156					

ARRECAÇÃO / Ainda que signifique mais dinheiro nos cofres públicos, o presidente prefere não pagar o preço da impopularidade. Ele disse que deve vetar a tributação de compras internacionais de valor até US\$ 50 (R\$ 257,5)

Lula é contra taxar “bugiganga” on-line

» ANDREA MALCHER
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que tende a vetar a cobrança do imposto de importação em compras internacionais de até US\$ 50, caso a proposta seja aprovada no Congresso. O dispositivo foi incluído no projeto que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

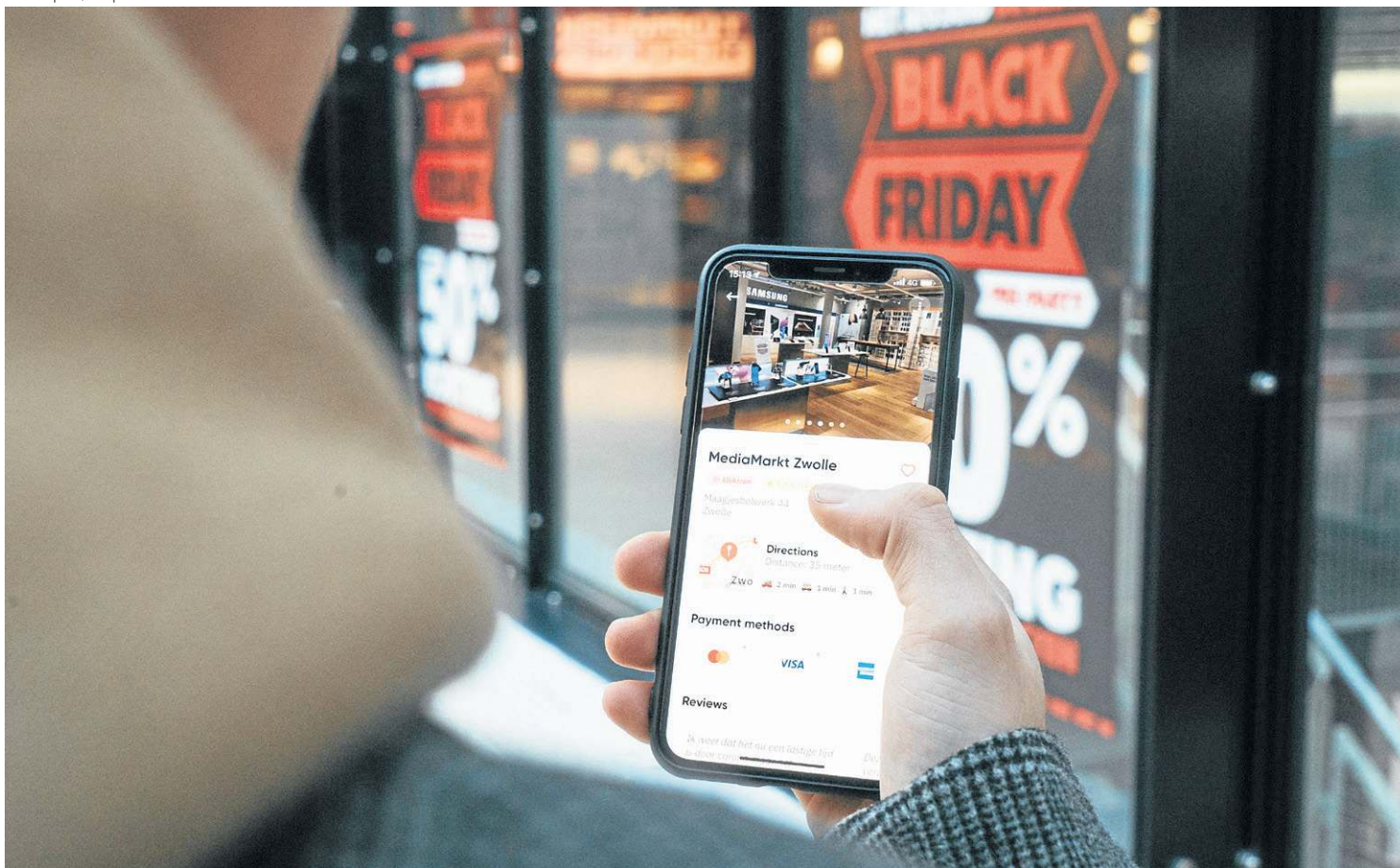
Lula foi questionado, no Palácio do Planalto, enquanto aguardava a chegada do presidente do Benin, Patrice Talon, se existe uma conversa marcada com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tratar do assunto. “Não tenho encontro previsto, mas se ele (Lira) quiser conversar depois do presidente do Benin, estou à disposição”, disse.

“A tendência é vetar (a taxaço). Mas a tendência também pode ser negociar”, sinalizou. O imposto causa divergência tanto na base governista quanto na oposição por sua impopularidade, apesar de representar um aumento na arrecadação federal. Lula, porém, orientou seus aliados a votar contra a medida na quarta-feira, quando estava prevista a votação, adiada por falta de consenso.

O presidente foi na contramão, inclusive, dos ministros Fernando Haddad, da Fazenda, e Geraldo Alckmin, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio, que defendem o fim da isenção. Para Lula, a tributação de remessas internacionais prejudica somente “pessoas pobres”, pois a classe média pode viajar ao exterior e comprar produtos livres de imposto.

“Quem é que compra essas coisas? São mulheres, em sua maioria, jovens, e tem muita bugiganga. Eu nem sei se essas bugigangas competem com o mercado brasileiro. Mas temos dois tipos de gente que não paga imposto. As pessoas que viajam, com isenção no free shop, que não pagam, e as pessoas de

CardMapr.nl/Unsplash



A cobrança do imposto de importação nas compras on-line é um pleito dos representantes do setor varejista do Brasil, que pedem isonomia

classe média. Como você vai proibir pessoas pobres, meninas e moças que querem comprar uma bugiganga, um negócio de cabelo?”, questionou o presidente.

“Quando discuti, eu falei com Alckmin: minha mulher compra, sua mulher compra, sua filha compra, todo mundo compra. A filha do Lira compra. Então, precisamos tentar ver um jeito de não tentar ajudar uns, prejudicando outros, e fazer uma coisa uniforme. Estamos dispostos a negociar e encontrar uma saída”, completou.

Adiamentos

A divisão das bancadas no tema tem adiado a votação do projeto na Câmara nas últimas

semanas. Na quarta, a análise do texto foi adiada mais uma vez e ontem a sessão do plenário terminou sem a votação, abrindo caminho para a costura de um acordo.

O feriado de Corpus Christi, no dia 30 de maio, no entanto, diminui as chances de a matéria ser analisada no plenário da Casa Baixa na próxima semana. Lira teria telefonado na própria quarta-feira para Lula, interessado em marcar um encontro presencial para debater o assunto.

As empresas varejistas pressionam para a cobrança da importação ou incentivos para o setor, com a justificativa de que lojas como Shopee e Shein criam competição desigual.

O dispositivo que trata da cobrança foi inserido pelo deputado Átila Lira (PP-PI). As plataformas, por sua vez, alegam que a taxaço de compras abaixo de US\$ 50 afetar profundamente as vendas, uma vez que o público comprador seria justamente o de baixa renda.

Aliados de Arthur Lira afirmam que o deputado estuda três propostas para o meio-termo. Uma delas envolve uma isenção em uma única compra de até US\$ 50 por ano; outra seria permitir duas compras nesse valor semestralmente; e outra seria escalonar a cobrança do tributo, tal qual a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores.



“Quem é que compra essas coisas? São mulheres, em sua maioria, jovens, e tem muita bugiganga. Eu nem sei se essas bugigangas competem com o mercado brasileiro”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

Consulta à restituição

» ALINE GOUVEIA

A uma semana do fim do prazo para entrega da Declarações do Imposto de Renda 2024, a Receita Federal recebeu pouco mais de 30 milhões de documentos. A meta prevista é de 43 milhões de declarações até 31 de maio.

Desde ontem, os contribuintes que já cumpriram suas obrigações com o Fisco podem consultar o primeiro lote de restituição. Serão contemplados 5.562.065 pessoas, com um total de crédito de R\$ 9,5 bilhões — o maior valor já pago pela Receita em um lote de restituição.

Por causa da tragédia climática vivenciada pelo Rio Grande do Sul, foi dada prioridade aos contribuintes do estado. Serão restituídas 886.260 declarações gaúchas, incluindo exercícios anteriores, totalizando mais de R\$ 1 bilhão. O valor a ser restituído será pago no dia 31 de maio.

Do montante de R\$ 9,5 bilhões, R\$ 8,8 bilhões se referem aos contribuintes prioritários, como idosos, pessoas com deficiência e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Para verificar se a restituição está disponível, basta acessar a página da Receita Federal, depois clicar em “Meu Imposto de Renda” e, por fim, ir a “Consultar a Restituição”. A página oferece orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou completa da situação da declaração.

Para quem ainda não declarou, uma dica para reduzir o risco de erros é utilizar a declaração pré-preenchida.

Desoneração só deve ser votada em junho

» ALINE BRITO

A discussão acerca da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios com até 156 mil habitantes deve se estender por mais algumas semanas. O impasse sobre o percentual da alíquota que será cobrada a partir de 2025, com a reoneração gradual, adiou a votação do Projeto de Lei (PL) 1847/2024.

De acordo com o autor da matéria, senador Efraim Filho (União-PB), a votação ficará para a primeira quinzena de junho. Com isso, o Executivo ganhou mais tempo para construir um acordo com os municípios sobre a retomada gradual e enviar para o Congresso a proposta de compensação para a manutenção da alíquota de 8% da desoneração dessas cidades.

“É uma premissa do Congresso Nacional que setores da economia e municípios têm de

andar juntos, e não um ou outro ficar para trás, que é algo que o Congresso não quer, não deseja, não irá permitir. O acordo está sendo debatido, o relator disse que aguarda o Ministério da Fazenda encaminhar sugestões sobre as compensações, é o tema que falta”, explicou Efraim após reunião de líderes de ontem.

Existem dois acordos firmados entre o Congresso e o Planalto sobre a matéria: a manutenção da alíquota de 8% para os municípios até o fim deste ano, e sobre a reoneração gradual para os setores produtivos a partir de 2025. Pela proposta apresentada por Efraim, com consentimento do governo, a retomada gradativa do imposto para os 17 setores começa em 2025 e se estende até 2028, com alíquota de 5% no primeiro ano, progredindo até 20% ao fim desse período.

Segundo Efraim, ainda está em negociação o ritmo do aumento da alíquota a ser cobrada

Roque de Sá/Agência Senado



Senadores Efraim Filho (União -PB) e Jaques Wagner (PT-BA), autor e relator do PL da desoneração

dos municípios. “Parece que o Ministério da Fazenda tem uma proposta, mas o parlamento prefere uma reoneração mais branda. Vai depender ainda dessa negociação que está sendo conduzida pelo relator Jaques Wagner, que é o líder do governo

e dialoga com a Fazenda sobre isso”, ressaltou Efraim.

A proposta da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) é que a reoneração obedeça um escalonamento de 10% em 2025, 12% em 2026 e 14% em 2027. Entretanto, a equipe econômica do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aceitou, uma vez que a porcentagem-padrão do imposto é 20%. O governo quer fixar o percentual em 14% já em 2024, passando para 16% em 2025; 18%, em 2026; e retornando a 20% a partir de 2027.

» Concurso unificado tem nova data

Será no dia 18 de agosto a nova data da prova do Concurso Público Nacional Unificado (CNU), que ficou conhecido como Enem dos Concursos. O anúncio foi feito ontem pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Definida a nova data, o próximo passo é a escolha dos locais de prova. Segundo o comunicado do ministério, será priorizada a manutenção dos locais definidos anteriormente. No caso do Rio Grande do Sul, haverá um diálogo especial para garantir o acesso das pessoas inscritas no estado. Marcado inicialmente para 5 de maio, o certame foi adiado por causa das enchentes no Rio Grande do Sul. De acordo com o ministério, todos os 18.757 malotes de provas foram checados, um a um, por integrantes da rede de segurança, e foi identificado que não houve qualquer violação.